



RELATÓRIO DE GESTÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ABRANTÁQUA

SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.



11
 N
 #

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	4
EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA.....	4
PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA	4
1. NOVOS SISTEMAS.....	5
1.1. <i>Rede de Saneamento.....</i>	5
1.2. <i>ETAR</i>	5
2. ESTAÇÕES DE ELEVAÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	6
2.1. <i>Tratamentos Terciários</i>	6
2.1.1. <i>Remodelações</i>	6
2.1.2. <i>Benfeitorias</i>	6
2.1.3. <i>Benfeitorias para cumprimento das condições de descarga</i>	7
3. BENFEITORIAS NA REDE DE SANEAMENTO	11
4. POPULAÇÃO SERVIDA	11
4.1. <i>Taxa de cobertura</i>	11
4.2. <i>Execução e características dos novos ramais.....</i>	11
INVESTIMENTO	12
DADOS FINANCEIROS	13
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	14
EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE.....	14
BREVE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA	15
DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL.....	15
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	16
AGRADECIMENTOS	16



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	21
1. NOTA INTRODUTÓRIA	21
2. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC.....	21
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	22
RECLASSIFICAÇÕES	22
AJUSTAMENTOS.....	23
3.1. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	23
3.2. ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	24
3.3. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	24
3.4. INVENTÁRIOS	24
3.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	24
3.6. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERIODOS	25
3.7. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	25
3.8. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS	25
3.9. EVENTOS SUBSEQUENTES	26
3.10. GESTÃO DO RISCO	26
3.11. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS.....	26
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS	26
5. PARTES RELACIONADAS	27
6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	27
7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	28
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES.....	28
9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28
10. EMPRÉSTIMOS	29
11. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES	29
12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	29
13. CUSTOS COM O PESSOAL.....	30



14. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	30
15. OUTROS GASTOS E PERDAS	31
16. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	31
17. RESULTADOS FINANCEIROS	31
18. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	31
19. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS.....	32
19.1 ACTIVOS CONTINGENTES.....	32
19.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS	32

li
N
B
B



11
4
N
[Handwritten signature]

ABRANTÁQUA - SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Actividade reportada ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010

e sua comparação com a do período homólogo de 2009

No cumprimento das disposições legais e estatutárias da empresa, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas da Abrantáqua - Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A. do período findo em 31 de Dezembro de 2010.

A Abrantáqua - Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão do Sistema de Recolha e Tratamento de Efluentes do Município de Abrantes.

Em 01 de Agosto de 2007, foi celebrado com o Município de Abrantes, por um período de 25 anos, o contrato de concessão para Exploração e Gestão do Sistema de Recolha e Tratamento de Efluentes do Município de Abrantes.

A Abrantáqua assumiu, como seu objectivo principal, a satisfação das necessidades de recolha e tratamento de águas residuais da população do município de Abrantes, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

A Concessão tem por objecto a exploração e gestão da recolha e tratamento de efluentes do município de Abrantes, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimento do sistema concessionado.

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

No período de 2010 agora findo, a actividade da Abrantáqua decorreu de forma regular e dentro das expectativas criadas em momentos anteriores, não havendo a registar quaisquer factos relevantes de serem mencionados neste relatório.

O volume de negócios no final do período em análise, atingiu cerca de 2,459 milhões de euros (1,649 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 0,809 milhões de euros originados pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11), ligeiramente acima do estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município de Abrantes, rubrica que consideramos de referência na actividade corrente da Abrantáqua, o mesmo apresentava no final do ano de 2010 o seguinte desenvolvimento, de entre os quais podemos salientar os mais importantes:



1. Novos Sistemas

1.1. Rede de Saneamento

Vale das Mós e Pessegueiro, e São Facundo

No dia 17 de Outubro e no dia 10 de Novembro de 2008, a Abrantáqua deu início à execução da rede de saneamento nas localidades de Vale das Mós e Pessegueiro, e S. Facundo, respectivamente. Os trabalhos aplicáveis foram concluídos em Junho de 2009.

Aldeia do Mato

No final do ultimo trimestre de 2010 a Abrantáqua encontrava-se a planear a execução da rede de saneamento nesta localidade.

As obras de saneamento deverão arrancar já no início do primeiro trimestre de 2011.

Carreira do Mato

Foi iniciada a empreitada para execução do saneamento em 06 de Junho de 2010.

O colector implementado nesta fase teve uma extensão de 1.600 metros. Em 19 de Agosto de 2010, foi finalizada a empreitada com a pavimentação na área de abertura e fecho de vala.

O saneamento implementado prevê o envio das águas residuais para a ETAR de Martinchel.

As infra-estruturas para envio das águas residuais para esta ETAR não se encontram previstas no plano de investimentos da Abrantáqua, o que carece de revisão do contrato de concessão.

O emissário e estações elevatórias previstas para este objectivo recolherão também as águas residuais da localidade de Aldeia do Mato.

1.2. ETAR

Vale das Mós e Pessegueiro

Ainda não foi concluído o projecto da ETAR. O local inicialmente projectado foi submetido à aprovação prévia pela ARH - Tejo em 07 de Julho de 2008, devido ao facto das distâncias de implantação da ETAR serem inferiores a 10 metros das linhas de água adjacentes.

Até à presente data a ARH - Tejo ainda não respondeu, apesar de posteriormente a Abrantáqua ter solicitado um ponto da situação relativamente ao pedido de parecer sobre a localização da ETAR, nomeadamente em 17 de Novembro de 2008 e 27 de Fevereiro de 2009.

No decorrer do ano de 2009 foram consultados outros locais próximos alternativos, contudo não se conseguiu chegar a acordo com os proprietários dos possíveis terrenos.

São Facundo

Chegado a acordo com o proprietário do terreno previsto para construção da ETAR, foram iniciadas as diligências para a concretização da compra do respectivo terreno.



Handwritten notes:
 12
 4
 1
 4

2. Estações de Elevação e Tratamento de Águas Residuais

2.1. Tratamentos Terciários

Esta empreitada relativa aos trabalhos da execução do Tratamento Terciário da ETAR do Pego início em Abril de 2010 e prevê-se a sua conclusão no final do ano de 2010.

No âmbito desta empreitada considerou-se também a reabilitação do tratamento preliminar e do decantador secundário, e a ampliação do tanque de arejamento, conforme se descreve no ficheiro em anexo.

Os trabalhos para execução do tratamento terciário da ETAR da Fonte Quente tiveram início no dia 15 de Dezembro de 2008, no final do ano de 2009 entrou em funcionamento o sistema de remoção de azoto e no final do mês de Abril ficou concluído o sistema de doseamento de reagentes, relativo à fase de remoção de fósforo e desinfecção.

2.1.1. Remodelações

EE1 do Tramagal

Em Setembro de 2009 concluíram-se os pormenores de acabamento relativos à remodelação da EE 1 do Tramagal e colocou-se a mesma em funcionamento.

Do período de funcionamento já decorrido, observou-se que esta instalação tem revelado um bom funcionamento em todas as circunstâncias, incluindo nos períodos de afluência de caudais pluviais significativos.

EE da Margem Sul

A Abrantáqua iniciou em Outubro de 2009 a remodelação da EE da Margem Sul, que fez coincidir com a paragem da ETAR da Margem Sul no âmbito da execução dos trabalhos do tratamento terciário.

Os trabalhos incidiram na remodelação do interior do poço de bombagem, reabilitação do recinto exterior e do sistema eléctrico, incluindo a execução de novo ramal de energia. A remodelação foi concluída no dia 4 de Junho de 2010.

2.1.2. Benfeitorias

De acordo com as benfeitorias previstas no contrato, destacam-se neste capítulo as principais empreitadas executadas relativas a esta rubrica;

EE 4 do Pego

Instalação do equipamento de elevação no poço anteriormente executado, bem como a construção da conduta elevatória, com um comprimento aproximado de 250 mL, que conduz estas águas residuais para a rede de drenagem afluenta à ETAR (Q=10 l/s. e Hm=32 mca).

Esta elevatória foi designada por EE nº 4 do Pego. A EE entrou em funcionamento no dia 15 de janeiro de 2010.

EE 1 de Abrançalha de Baixo

Rede de drenagem - Ligação de parte da rede de drenagem à rede antiga (travessia da EN3).



A Abrantáqua iniciou a benfeitoria em Setembro de 2009, tendo construído/instalado o poço de bombagem, a caixa das válvulas, o equipamento electromecânico, o murete para recepção do ramal de energia e instalação do quadro eléctrico.

A construção da conduta elevatória ficou pendente, uma vez que ainda não foi concluído o processo de licenciamento da empreitada junto do IEP, sendo que a conduta passa na valeta da EN3, propriedade deste instituto.

Para concluir o licenciamento falta a entrega de uma caução sobre os trabalhos a levar a efeito na EN3.

Encontram-se pendentes os trabalhos de execução do ramal de energia e a certificação eléctrica da instalação.

EE 3 de S. Miguel do Rio Torto

Rede de drenagem - Construção de uma estação elevatória nas proximidades da ETAR da Margem Sul (Q=8 l/s e Hm= 10 mca), de forma a capturar os caudais provenientes do emissário de S. Miguel do Rio Torto que liga à estação elevatória da Margem Sul, com o respectivo equipamento bem como conduta elevatória em PEAD MRS 10 PN 10 DN 140 mm com uma extensão aproximada de 50 mL.

A Abrantáqua iniciou a execução da EE no dia 4 de Novembro de 2009, a qual intercepta o emissário de S. Miguel do Rio Torto e eleva as águas residuais para a obra de entrada da ETAR, evitando assim a elevação destas águas residuais a partir da EE da Margem Sul.

Esta EE tem uma altura manométrica de 70 mca, não fazendo sentido esta recolher os caudais do lugar de S. Miguel do Rio Torto, já que o emissário passa junto à ETAR.

O quadro eléctrico foi instalado no edifício de exploração da ETAR, tendo sido concluído no início de Fevereiro de 2010. Findo este trabalho a EE entrou em funcionamento.

EE 2 de Bemposta

Substituição do poço de bombagem com volume útil adequado, abaixamento da cota de elevação para menos 2 metros face ao colector de entrada, substituição dos grupos de bombagem para uma capacidade nominal de 10.6 l/s a 13.8 mca e instalação de caixa de válvulas.

A presente benfeitoria não se encontrava prevista no plano de investimentos, tendo a Abrantáqua sido forçada a projectar a mesma devido à degradação progressiva da estrutura do poço existente, a qual se encontrava ser danificada pela pressão das terras do exterior.

Os grupos de elevação e acessórios correspondentes não possibilitavam um funcionamento normal, sendo comum e progressiva a ocorrência do desgaste e avaria dos grupos, por falta de capacidade dos mesmos de elevação dos resíduos afluentes, nomeadamente as areias.

Os trabalhos em obra foram iniciados no dia 11 de Outubro e finalizados no dia 15 do mesmo mês.

2.1.3. Benfeitorias para cumprimento das condições de descarga

As benfeitorias descritas neste capítulo não se encontravam previstas no contrato de concessão até este nível.



A Abrantáqua destaca que se encontra a executar benfeitorias para cumprimento das condições definidas nos Títulos de Utilização de Domínio Hídrico, tendo submetido à ARH Tejo I.P. um conjunto de soluções de reabilitação com vista a que este instituto emitisse os respectivos títulos.

A seguinte lista resume os investimentos realizados, o nível de tratamento obtido e os trabalhos previstos realizar neste âmbito por instalação.

ETAR de Casais de Revelhos 1

Execução de tratamento secundário. Esta benfeitoria consiste em efectuar uma recirculação do efluente dos leitos percoladores, que antes era o efluente final, e proceder à respectiva decantação das lamas de tratamento formadas, sendo descarregado o efluente decantado/tratado na linha de água.

A Abrantáqua optou pela execução destes trabalhos, uma vez que são os necessários para conseguir a melhoria do nível de tratamento da ETAR e preconizar o cumprimento dos VLE impostos.

A benfeitoria foi concluída no final do 3º trimestre. A instalação apresentava o incumprimento sistemático dos SST e CQO no efluente tratado. Passou a apresentar com regularidade o cumprimento dos parâmetros monitorizados (CBO, CQO e SST), assim como o sistema de tratamento tal como reabilitado possibilitou uma redução muito significativa dos odores.

A ETAR será ainda alvo de alguns trabalhos de melhoria, nomeadamente a substituição dos baldes basculantes por outros com maior robustez e a construção de um sistema de purga de lamas.

Com a previsão de recepção dos efluentes elevados das ETAR 2 e 3, futuramente, deverá ser instalado um segundo decantador secundário em série para aumentar a capacidade desta fase para o caudal correspondente.

ETAR de Casais de Revelhos 2 e 3

Considerando as condições processuais da ETAR de Casais Revelhos 1, a Abrantáqua pretende elevar para a ETAR 1 as águas residuais destas duas bacias.

As águas residuais a enviar serão os efluentes tratados destas instalações, os quais ocasionalmente não cumprem os critérios de descarga. Prevê-se até final do ano de 2010 arrancar com a presente benfeitoria.

No seguimento da elevação das águas residuais para a ETAR de Casais Revelhos 1, nesta ETAR serão executados trabalhos de ampliação da decantação secundária e reabilitação dos distribuidores (“baldes basculantes”) do afluente aos leitos percoladores.

ETAR de Sentieiras

Execução de tratamento secundário. Esta benfeitoria consiste em efectuar uma recirculação do efluente dos leitos percoladores, que antes era o efluente final, e proceder à respectiva decantação das lamas de tratamento formadas, sendo descarregado o efluente decantado/tratado na linha de água.

A Abrantáqua optou pela execução destes trabalhos, uma vez que são os necessários para conseguir a melhoria do nível de tratamento da ETAR e preconizar o cumprimento dos VLE impostos.

Os trabalhos de reabilitação foram iniciados em Fevereiro e concluídos no dia 7 Junho de 2010, quando se concluiu o processo de fornecimento de energia.



li
h
f
B
/

ETAR do Souto 1

Execução de tratamento secundário. Esta benfeitoria preconiza a execução de um sistema por lamas activadas em suspensão a partir dos tanques existentes com leito fixo. Os tanques ficarão divididos em série com as seguintes funções: Câmara anóxica, tanque de arejamento e decantação secundária. No decantador secundário será instalada a estação elevatória de recirculação de lamas para a entrada do tratamento secundário.

Os trabalhos de obra civil, montagem dos equipamentos electromecânicos e a execução do sistema eléctrico foram concluídos no semestre anterior.

O arranque da instalação com tratamento secundário teve início no dia 22 de Outubro de 2010, aquando da ligação da energia eléctrica.

ETAR da Concavada

Remodelação e ampliação dos órgãos de tratamento, com vista a ETAR possuir um HP de projecto para 530 habitantes.

Esta benfeitoria não se encontrava prevista no contrato de concessão até este nível, tendo surgido esta necessidade uma vez que a instalação apresentava limitações operacionais devido à conservação do ecotanque e ainda revelava sub-dimensionamento face às condições de afluência.

Com vista a preconizar o cumprimento dos valores limite de emissão legalmente impostos nesta instalação, elaborou-se um estudo de ampliação/remodelação.

Os trabalhos iniciaram-se em Dezembro de 2009 e foram concluídos em Abril de 2010, aquando a ETAR entrou em funcionamento.

Os principais trabalhos efectuados foram ao nível da conservação do ecotanque, aumento do volume de arejamento através da eliminação do decantador secundário interno, execução de dois decantadores secundários a partir dos dois espessadores existentes, execução de uma nova EE de recirculação de lamas secundárias, instalação de um electroarejador de maior capacidade e outros trabalhos ao nível dos arranjos do recinto da instalação;

Actualmente, a ETAR tem evidenciado um cumprimento das condições de descarga, embora de forma não contínua nem fiável. A razão para essa limitação tem-se prendido com a estação elevatória de lamas activadas, a qual será brevemente alterada.

Neste âmbito, está também a proceder-se à substituição do quadro eléctrico com vista ao bom funcionamento dos equipamentos instalados.

ETAR de Bemposta

Execução de um sistema de filtração e recirculação da biomassa filtrada.

No sentido de preconizar o cumprimento contínuo da CQO, CBO e dos coliformes fecais, a Abrantáqua optou pela aplicação de um sistema de filtração com uma porosidade de 20 microns e a respectiva recirculação da biomassa filtrada.



Esta benfeitoria encontra-se em execução, nomeadamente a finalização do sistema eléctrico e instalação dos equipamentos adquiridos. Desde o dia 18 de Outubro que a ETAR dispõe de energia eléctrica, que era uma fase essencial para dar seguimento à benfeitoria em curso.

Prevê-se no próximo trimestre arrancar com o processo de tratamento reabilitado.

ETAR de Carvalho

A benfeitoria a executar será similar à da ETAR da Bemposta. Os trabalhos a efectuar serão decididos com base nas conclusões a retirar dos ensaios.

Também aqui estão a ser efectuadas trabalhos para colocação de energia eléctrica na instalação.

No próximo trimestre deverá estar em curso a presente benfeitoria, caso os ensaios na ETAR da Bemposta sejam céleres.

ETAR do Crucifixo 1

A benfeitoria a desenvolver será similar à da ETAR do Souto 1, com vista ao cumprimento regular dos parâmetros CQO, CBO5 e SST.

Estão a ser iniciados trabalhos para colocação de energia eléctrica na ETAR. Prevê-se concluir a benfeitoria no primeiro semestre do ano de 2011.

ETAR do Crucifixo 2

A benfeitoria a desenvolver ainda não está definida. Ocasionalmente, a ETAR revela incumprimento da CQO, CBO5 e SST. Uma possibilidade em estudo é a elevação das águas residuais para a ETAR do Crucifixo 1.

No primeiro semestre do ano de 2011 prevê-se concretizar a eventual benfeitoria para cumprimento regular dos critérios de descarga.

ETAR de Arreciadas

A instalação apenas possui tratamento primário, o que impossibilita o cumprimento dos critérios de descarga exigíveis.

Foram iniciados estudos para avaliar a viabilidade das seguintes soluções:

Execução de um emissário que drenará as águas residuais para a rede de drenagem do Rossio ao Sul do Tejo, a partir de onde serão elevadas para a ETAR da Margem Sul. Este emissário terá um cumprimento de cerca de 1.750 metros.

Execução de um tratamento secundário. No primeiro semestre do ano de 2010 prevê-se concluir a benfeitoria a aprovar.

ETAR compactas de Abrançalha de Baixo, Abrançalha de Cima, Paúl e Casa Branca

Intervencionadas ao longo do ano de 2008 e 2009.

As Benfeitorias efectuadas foram ao nível da instrumentação de comando dos equipamentos para reprodução do controlo processual exigido por um tratamento secundário por lamas activadas.



No final do ano de 2009 e 2010 têm-se verificado um cumprimento quase regular das condições de descarga.

A Abrantáqua está atenta ainda a eventuais acções a executar por forma dotar as instalações de maior estabilidade nos resultados. As actuais e principais limitações estão, sobretudo relacionadas com a qualidade das lamas activadas formadas, consequência de falta de "robustez" dos equipamentos instalados e do processo de decantação das mesmas.

As águas pluviais afluentes têm-se revelado também um factor de destabilização.

Até final do presente ano de 2010 e em diante, prevê-se apresentar um cumprimento mais regular dos parâmetros monitorizados aos efluentes tratados das ETAR compactas.

3. Benfeitorias na Rede de Saneamento

A Abrantáqua tem efectuado benfeitorias na rede de saneamento do Município, onde se distinguem os abatimentos de colectores/ramais, colocação de tampas à cota de pavimento e beneficiação de caixas de visita.

4. População servida

4.1. Taxa de cobertura

Até ao presente período de actividade, para o aumento do indicador de população servida contribuiu o saneamento executado em Aldeia do Mato, S. Facundo, Vale das Mós e Pessegueiro e a EE4 do Pego que entrou em funcionamento em Janeiro de 2010.

Conforme estudo da população apresentado na proposta da concessionária, considera-se que a população servida actualmente no concelho é de cerca de 32.681 habitantes de um total de 40.519 habitantes, que corresponde a 80,65%.

No final do quarto ano prevê-se servir pelo menos 92% da população, que corresponde a um aumento de 6.855 habitantes servidos, face aos 75,1% servidos no Ano 0 da concessão.

4.2. Execução e características dos novos ramais

De acordo com o contrato de concessão, a execução dos ramais não está a cargo da Abrantáqua.

Contudo, a Abrantáqua no processo de execução das empreitadas de implementação do colector de drenagem de águas residuais e infra-estruturas adjacentes têm colaborado com os Serviços Municipalizados de Abrantes, no sentido de salvaguardar a boa execução dos ramais de ligação entre o colector e a rede predial.



4 12:


INVESTIMENTO

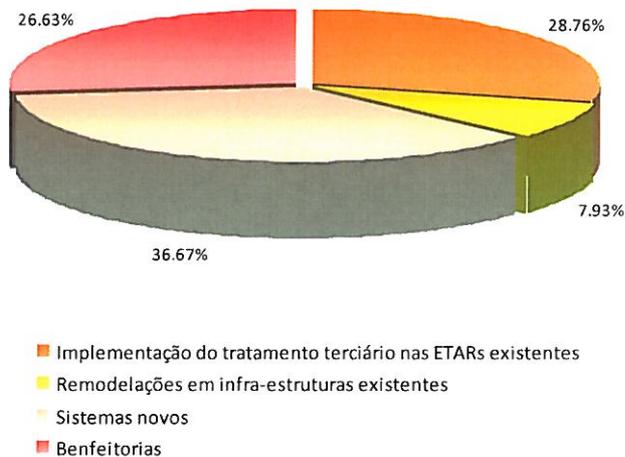
O investimento em infra-estruturas de tratamento de água realizado até ao final do período de 2010 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

Implementação do tratamento terciário nas ETARs existentes	ETAR da Fonte Quente	289,795.85 €
	ETAR do Pego	117,350.42 €
	ETAR da Margem Sul	98,203.01 €
	Sub-total	505,349.28 €
Remodelações em infra-estruturas existentes	Remodelação da EE da Margem Sul	48,819.05 €
	Remodelação da EE1 do Tramagal	81,068.31 €
	Remodelação da ETAR 1 do Souto	9,517.27 €
	Sub-total	139,404.63 €
Sistemas novos	Saneamento em Alvega	31,831.23 €
	Saneamento em Aldeia do Mato	23,221.85 €
	Saneamento em S. Facundo	123,117.32 €
	Saneamento em Fontes	8,386.55 €
	Saneamento em Vale das Mós e Pessegueiro	355,265.13 €
	Saneamento em Carreira do Mato	102,367.92 €
	Saneamento em Portelas	165.04 €
Sub-total	644,355.04 €	
Benfeitorias	Sistema de Abrantes	33,584.24 €
	Sistema de Bemposta	53,087.34 €
	Sistema de Carvalhal	12,694.55 €
	Sistema de Martinchel	5,591.32 €
	Sistema de Abraçalha de Baixo	11,555.11 €
	Sistema de Abraçalha de Cima	6,110.91 €
	Sistema de Paúl	4,209.38 €
	Sistema de Arreciadas	5,910.48 €
	Sistema de Concavada	31,337.67 €
	Sistema de Crucifixo	1,217.72 €
	Sistema de Casais Revelhos	50,654.30 €
	Sistema de Sentieiras	16,123.03 €
	Sistema do Souto	30,985.62 €
	Sistema de Margem Sul	26,317.39 €
	Sistema de Tramagal	15,716.99 €
	Sistema do Pego	107,562.83 €
	Sistema de S. Miguel do Rio Torto	32,482.47 €
	Sistema de Rio de Moinhos	14,339.90 €
	Sistema de Casa Branca	8,438.78 €
Sub-total	467,920.03 €	
Total	1,757,028.98 €	



O investimento em infra-estruturas representou durante o ano de 2010, um montante de 809,183.38 euros, relativamente ao total do Plano de Investimentos já realizado.

Detalhe do Plano de Investimentos a Dezembro de 2010



DADOS FINANCEIROS

Relativamente aos resultados obtidos pela empresa no último período, estes situaram-se dentro das estimativas efectuadas. O Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) representa em 2010 cerca de 6.01% da Vendas e Serviços Prestados pela empresa.

Ao nível dos resultados líquidos e meios libertos, a sua influência e evolução poder-se-á medir através dos seguintes indicadores económicos:

	Ano 2010	Ano 2009
Rentabilidade do Activo Total	0.66%	5.14%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	19.70%	34.69%
Rentabilidade das Vendas	2.48%	3.64%
EBITDA	397,935.06	410,392.47

Os resultados financeiros da empresa ascenderam a 14,070.77 euros negativos, apresentando uma performance desfavorável, resultado das necessidades de financiamento, face aos investimentos a realizar, previstos no contrato de concessão para Exploração e Gestão do Sistema de Recolha e Tratamento de Efluentes celebrado com o Município de Abrantes.

Os custos financeiros representaram no período em análise 0.57% do total dos proveitos obtidos.

Apesar da conjuntura nacional, os resultados acima mencionados, foram conseguidos através de acções de gestão criteriosas sobre os custos e proveitos resultantes da actividade normal da empresa.

Relativamente à capacidade financeira da empresa de gerar *cashflow* a longo prazo, as boas práticas de gestão em tudo apontam para que a Abrantáqua tenda no futuro a melhorar a performance conseguida em 2011.



Independentemente dos resultados anteriores e dos resultados expectáveis para o corrente ano, não deixa de ser importante salientar que a Abrantáqua continua a efectuar um esforço contínuo para a melhoria da sua performance operacional e de gestão.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do período.

EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

A Administração considera que os resultados obtidos a todos os níveis pela empresa evidenciam a sua estabilidade, quer a nível económico-financeiro quer ao nível de gestão corrente, pelo que a análise da evolução da actividade nos primeiros meses de 2011, perspectiva, com reservado optimismo, pelo menos a manutenção da situação verificada no período de 2010.

No âmbito do Planeamento Estratégico a desenvolver pela Abrantáqua, mantiveram-se para os anos vindouros, definidos os indicadores, objectivos, projectos e mapas estratégicos, traçados em anos anteriores.

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos recursos:

- A optimização dos Recursos Humanos;
- O Incentivar da comunicação interna e o espírito de equipa;

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos processos:

- Uma maior eficiência nos processos de gestão contratual;
- A continuação do cumprimento do Contrato de Concessão e manutenção das boas relações com a Concedente;
- A adequação de todos os contratos associados ao Contrato de Concessão às necessidades da Abrantáqua;
- A Implementação de novos processos que visem a aquisição de competências técnicas e eficiência operacional;
- A promoção da eficácia na gestão a todos os níveis.

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos clientes:

- A continuação da promoção da excelência na qualidade do serviço e melhoria de vida dos nossos clientes;

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente à área financeira:

- A maximização da criação de valor e dos Proveitos Operacionais gerados;
- Uma maior optimização dos custos de estrutura;
- A obtenção de um quadro de sustentabilidade no longo prazo.



Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente à nossa missão:

- Assegurar a fiabilidade na recolha e tratamento de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade dos resíduos tratados;
- Contribuir para o desenvolvimento local e a promoção da integração na comunidade local.

Por tudo o mencionado anteriormente, a administração da Abrantáqua considera que os resultados obtidos pela empresa no ano findo de 2010 contribuem para o reforço da sua estabilidade a nível económico-financeiro, sendo reveladores do espírito de realização a mesma se propôs enquanto entidade privada ao serviço do domínio público, cumprindo escrupulosamente todos os objectivos (financeiros, económicos, de gestão e qualidade de serviço) definidos pela administração da sociedade.

BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

A Abrantáqua atingiu no ano de 2010, e relativamente à rubrica de Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos o valor de 397,935.06 euros.

O Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) da empresa cifrou-se em 99,182.77 euros relativamente ao período em análise neste relatório, tendo o Resultado Antes de Impostos registado para o período em análise o montante de 85,112.00 euros.

	Ano 2010	Ano 2009
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	397,935.06	410,392.47
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	99,182.77	111,483.37
Resultado Antes de impostos	85,112.00	110,086.36
Resultado Líquido do Período	60,884.65	86,164.73

Em resumo, é importante referir que os índices de produtividade apresentam uma performance bastante satisfatória, face ao estimado inicialmente e as condições actuais da economia portuguesa.

Evolução dos Capitais Próprios
(em euros)



DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 60,884.65 euros, seja dada a seguinte aplicação:

- Para Reservas Livres: 60,884.65 euros

AGRADECIMENTOS

A administração da empresa aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Abrantes, aos 31 de Março de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Miguel Paulo Rangel Santos Henriques

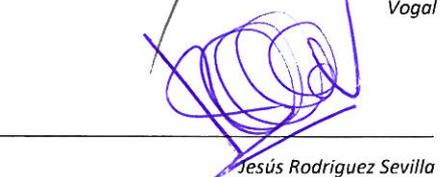
Presidente


Miguel Jurado Fernández

Vogal


Roberto Pérez Muñoz

Vogal


Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal


Júlio de Jesus Bento

Vogal



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Unidade monetária (1)

	NOTAS	2010	2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.1 ; 6	39,693.53	53,894.06
Activos intangíveis	3.2	7,087,435.64	7,087,435.64
sub-total		7,127,129.17	7,141,329.70
Activo corrente			
Clientes	3.5 ; 8	330,048.37	151,632.56
Estado e outros entes públicos	7	109,568.73	209,678.58
Outras contas a receber	3.5 ; 8	132,261.05	142,440.51
Caixa e depósitos bancários	3.5 ; 9	1,495,335.86	171,868.73
sub-total		2,067,214.01	675,620.38
Total do activo		9,194,343.18	7,816,950.08
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	2	50,000.00	50,000.00
Reservas legais	2	10,000.00	5,755.22
Outras reservas	2	188,375.83	106,455.88
Outras variações no capital próprio	2	(195.52)	(195.52)
Resultado líquido do período	2	60,884.65	86,164.73
Total do capital próprio		309,064.96	248,180.31
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.7	5,330,406.66	6,139,590.04
Financiamentos obtidos	3.5 ; 10	2,000,000.00	
Outras contas a pagar	3.5 ; 11	827,103.75	543,606.32
sub-total		8,157,510.41	6,683,196.36
Passivo corrente			
Fornecedores	11	436,466.55	651,439.04
Estado e outros entes públicos	7	11,431.62	33,513.28
Outras contas a pagar	3.5 ; 11	279,869.64	200,621.09
sub-total		727,767.81	885,573.41
Total do passivo		8,885,278.22	7,568,769.77
Total do capital próprio e do passivo		9,194,343.18	7,816,950.08

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2010	2009
Vendas e serviços prestados	2 ; 3.7	2,459,111.71	2,367,605.77
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.4		(13,218.15)
Fornecimentos e serviços externos	2 ; 12	(1,771,113.75)	(1,699,635.87)
Gastos com o pessoal	13	(235,779.82)	(227,643.38)
Outros rendimentos e ganhos	14	0.11	5,639.18
Outros gastos e perdas	15	(54,283.19)	(22,355.08)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		397,935.06	410,392.47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16	(298,752.29)	(298,909.10)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		99,182.77	111,483.37
Juros e gastos similares suportados	17	(14,070.77)	(1,397.01)
Resultado antes de impostos		85,112.00	110,086.36
Imposto sobre o rendimento do período	18	(24,227.35)	(23,921.63)
Resultado líquido do período		60,884.65	86,164.73

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2,478,685.33	1,724,134.79
Pagamentos a fornecedores	(2,127,151.73)	(884,771.64)
Pagamentos ao pessoal	(231,908.62)	(223,143.24)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(23,423.58)	(3,791.86)
Outros recebimentos/pagamentos	51,574.21	(190,538.72)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	147,775.61	421,889.33
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>		
Activos fixos tangíveis	(1,054.33)	
Activos intangíveis	(809,183.38)	(747,106.52)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(810,237.71)	(747,106.52)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
<i>Recebimentos provenientes de:</i>		
Financiamentos obtidos	2,000,000.00	
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>		
Juros e gastos similares	(14,070.77)	(4,094.48)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	1,985,929.23	(4,094.48)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	1,323,467.13	(329,311.67)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	171,868.73	501,180.40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1,495,335.86	171,868.73

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Unidade monetária (1)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de activos fixos	Ajustamentos ao valor de activos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Sub-total	Interesses minoritários	Total
Posição no início do período													
Primeira adopção do referencial contabilístico (a)	50,000.00												
Aumentos de reservas por aplicação dos resultados					5,755.22	106,260.36				86,164.73	248,180.31		248,180.31
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio	50,000.00				4,244.78	81,919.95				(86,164.73)	248,180.31		248,180.31
Resultado líquido do período					10,000.00	188,180.31				60,884.65	60,884.65		60,884.65
Posição no fim do período	50,000.00				10,000.00	188,180.31				60,884.65	309,064.96		309,064.96

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Unidade monetária (1)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de activos fixos	Ajustamentos ao valor de activos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Sub-total	Interesses minoritários	TOTAL
Posição no início do período													
Primeira adopção do referencial contabilístico (a)	50,000.00												
Alterações de políticas contabilísticas (b)						(195.52)			112,211.10		162,211.10		162,211.10
Aumentos/diminuições no excedente de valorização de activos fixos					5,755.22	106,455.88			(112,211.10)		(195.52)		(195.52)
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio	50,000.00				5,755.22	106,260.36					162,015.58		162,015.58
Resultado líquido do período					5,755.22	106,260.36				86,164.73	86,164.73		86,164.73
Posição no fim do período	50,000.00				5,755.22	106,260.36				86,164.73	248,180.31		248,180.31

(1) O euro, admitindo-se em função da dimensão e importância de relato, a possibilidade de expressão dos quantos em milhares de euros

OBSERVAÇÕES ÀS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO:

(a) Linha relativa aos movimentos resultantes dos ajustamentos relativos à data do balanço inicial / "de abertura", na transição para o referencial contabilístico IAS/IFRS, ou para as futuras NCEI, em cumprimento da IFRS 1

(b) Linha relativa a movimentos por alterações de políticas contabilísticas que, nos termos da IAS 8, se repercutam directamente no capital próprio

(c) Linha destinada a evidenciar o movimento de transferência dentro das rubricas de capital próprio, que não sejam mostrados ou incluídos noutros itens

(d) Linha destinada a evidenciar movimentos nas rubricas de "interesses minoritários", reflectidas em resultados líquidos do período ou directamente em rubricas de capitais próprios, distinguindo-as da coluna com o mesmo nome, que reflecte a posição mostrada em balanço



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ABRANTÁQUA - SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ABRANTES, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Abrantáqua - Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A. é uma sociedade anónima com sede no Parque Lena - Alferrarede, em Abrantes, constituída em 26 de Julho de 2007, tendo como actividade principal a exploração e gestão da recolha e tratamento de efluentes do município de Abrantes, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimento do sistema concessionado.

2. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC

Estatutariamente, a Abrantáqua preparava as suas demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) extinto em 31 de Dezembro de 2009.

A partir de 01 de Janeiro de 2010 a Abrantáqua passou a adoptar o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) como normativo de preparação e relato da sua informação financeira.

De seguida são apresentadas reconciliações do Capital Próprio e Resultado do Período Comparativo, cujo relato estatutário tinha sido em POC, bem como a explicação das alterações mais significativas, sendo as principais diferenças face ao anterior referencial contabilístico:

No Balanço:

Reconhecimento da totalidade do plano de investimentos contratado e classificação dos activos reversíveis (realizados e não realizados) como intangível. A parte não realizada foi reconhecida por contrapartida de uma provisão.

A forma de transição dos PCGA anteriores para as NCRF não afectou de forma alguma a posição financeira, o desempenho financeiro ou os fluxos de caixa relatados, não existindo alterações substanciais ao capital próprio relatado segundo os PCGA anteriores com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores;

	2010	2009
Capital	50,000.00	50,000.00
Reservas Legais	10,000.00	5,755.22
Reservas Livres	188,375.83	106,455.88
Resultado Líquido do Exercício	60,884.65	86,164.73
Outras Variações no Capital Próprio	(195.52)	(195.52)
Total	309,064.96	248,180.31



Há a registar apenas uma variação nos capitais próprios relatados segundo os PCGA anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com a perda segundo as NCRF do montante de 195.52 euros, relativo aos gastos de instalação contabilizados segundo os PCGA anteriores e agora corrigidos.

Na Demonstração de Resultados:

Reconhecimento do rédito e gastos da construção de infra-estruturas de acordo com a IAS11 - contratos de construção.

	2010	2009
Fornecimentos e Serviços Externos	(1,771,113.75)	(1,699,635.87)
Aplicação IAS 11 - Contratos de Construção	809,183.38	758,823.79
Total	(961,930.37)	(940,812.08)

	2010	2009
Vendas e Serviços Prestados	2,459,111.71	2,367,605.77
Aplicação IAS 11 - Contratos de Construção	(809,183.38)	(758,823.79)
Total	1,649,928.33	1,608,781.98

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Abrantáqua, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC, e seguindo a convenção do custo histórico, modificado quando aplicável, pela valorização de activos e passivos financeiros ao justo valor.

As políticas contabilísticas adoptadas, incluindo as políticas de gestão do risco financeiro, são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras do período findo a 31 de Dezembro de 2009, após conversão para SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia a 1 de Janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

RECLASSIFICAÇÕES

- *Activo fixo tangível para activo intangível (IFRIC 12)*

A natureza dos activos reconhecidos nas demonstrações financeiras por parte da concessionária depende da repartição dos riscos da procura dos serviços concessionados, mas não depende da sua extensão no contexto contratual como um todo.

Desta forma a concessionária reconhece a respectiva retribuição a receber em função dos seus serviços de construção/melhoria das infra-estruturas ou da operação, reconhecendo também um activo intangível na medida em que recebe um direito de cobrar aos utilizadores da infra-estrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

No ano de 2010, a Abrantáqua adoptou pela primeira vez a IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, interpretação de aplicação obrigatória após 01 de Janeiro de 2010.



Esta interpretação estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de actividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos.

A aplicação desta interpretação veio introduzir algumas alterações face às disposições e interpretações das normas que estavam em vigor, cujo impacto nas demonstrações financeiras da empresa ocorreu maioritariamente na reclassificação para a rubrica de activos fixos intangíveis de parte dos activos fixos concessionados em que a empresa possuía e possui um direito de exploração dos mesmos e em que a mesma assume o risco de procura da operação (modelo intangível).

A Abrantáqua no normativo POC tinha classificadas as infra-estruturas e equipamentos operacionais como imobilizado corpóreo. À luz do SNC, as infra-estruturas e equipamentos operacionais são apresentadas como um activo intangível, uma vez que correspondem a um direito de utilização das mesmas, por não ser a concessionária detentora plena de todos os seus direitos.

AJUSTAMENTOS

- *Reconhecimento da provisão*

De acordo com a IFRIC 12, a obrigação contratual de manter ou restaurar a infra-estrutura deve ser reconhecidas e mensuradas de acordo com a IAS 37, ou seja, a melhor estimativa do custo que será necessário para realizar a obrigação presente no fim do período de reporte. Alterações na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível.

- *Reconhecimento do rédito e gasto com a actividade de construção/melhoria de infra-estruturas*

A IFRIC 12 caracteriza os concessionários como meros “prestadores de serviços”, aos quais devem reconhecer-se os réditos associados aos serviços prestados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade números 11 (IAS 11) e 18 (IAS 18).

Desta forma a Abrantáqua reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infra-estruturas concessionadas, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade número 11 (IAS 11), e de acordo com o método da percentagem de acabamento, sendo este valorizado com referência ao justo valor dos montantes a receber.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 a 12 anos
Grupo 3 - Maquinas, Aparelhos e Ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 5 - Elementos Diversos	3 a 8 anos



12
4
A
H

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respectivos, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

3.2. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis compreendem o valor dos investimentos revertíveis referido no Plano de Investimentos negociado com o Município de Abrantes à data da assinatura do Contrato de Concessão.

Relativamente aos mesmos, e como indicado anteriormente, as amortizações foram praticadas de acordo com a IFRIC 12, que caracteriza os concessionários como “prestadores de serviços”, devendo reconhecer-se o rédito associado aos serviços prestados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade números 11 (IAS 11) e 18 (IAS 18), pelo que se reconheceu o rédito e os custos relacionados com a construção das infra-estruturas concessionadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade número 11, isto é, de acordo com o método da percentagem de acabamento do contrato, sendo valorizado com referência ao justo valor dos montantes a receber;

3.3. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis tendo em conta a tributação diferida.

O imposto diferido é calculado com base no método da responsabilidade do balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos.

No final de cada período é efectuada uma revisão dos impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

3.4. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

3.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na Empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

- *Clientes e dívidas a receber:*

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objectiva da incobrabilidade da dívida.

- *Caixa e equivalentes de caixa*



Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

- *Contas a pagar*

As contas a pagar não vencem juros e estão registadas pelo valor nominal.

- *Empréstimos bancários*

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

3.6. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERIODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.7. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a Empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afectar os períodos futuros, a Empresa não reconhece um passivo contingente mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam activos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

3.8. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.



Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

3.9. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.10. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal Cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.11. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em períodos seguintes são reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão da empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do reporte da informação financeira.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010, não ocorreram alterações significativas de estimativas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa



ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

5. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte dos grupos FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 60.00% da empresa aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A., e Lena, S.G.P.S., através da participação de 40.00% da empresa Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação das contas dos respectivos grupos.

Relativamente às transacções entre partes relacionadas, a 31 de Dezembro de 2010, o detalhe dos saldos respectivos era o seguinte:

	Activo	Passivo
Fornecedores		
aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)		151,444.16
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados e aquisição Imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Fornecedores/Credores		
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.		163,848.62
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados e aquisição Imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Total		315,292.78

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido no valor dos Activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO	Saldo em 31.12.2009	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31.12.2010
Activos fixos tangíveis					
Equipamento básico	53,541.59	452.83			53,994.42
Equipamento Administrativo	29,672.79	601.50			30,274.29
	83,214.38	1,054.33			84,268.71
Activos intangíveis					
Outros activos intangíveis (Reversíveis)	6,139,590.04			809,183.38	5,330,406.66
Activos intangíveis em Curso	947,845.60	809,183.38			1,757,028.98
	7,087,435.64	809,183.38		809,183.38	7,087,435.64
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2009	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31.12.2010
Activos fixos tangíveis					
Equipamento básico	12,764.85	6,684.72			19,449.57
Equipamento Administrativo	16,555.47	8,570.14			25,125.61
	29,320.32	15,254.86			44,575.18



7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2010 o detalhe da conta de Estado e Outros Entes Públicos é o seguinte:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto Sobre o Rendimento		803.77
Retenção de Impostos Sobre Rendimentos		
Trabalho Dependente		3,660.00
Trabalho Independente		215.00
Imposto Sobre O Valor Acrescentado (IVA) *		
IVA - A Recuperar	109,287.01	
IVA - Liquidações Oficiosas	281.72	
Outros Impostos		
Contribuições para a Segurança Social		6,752.85
Total	109,568.73	11,431.62

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

A rubrica clientes de conta corrente reflecte o valor a pagar pelo Cliente Serviços Municipalizados de Abrantes à data de 31 de dezembro de 2010, sendo o mesmo relativo a dois meses de facturação.

	2010	2009
Clientes		
Clientes C/C	330,048.37	151,632.56
Total	330,048.37	151,632.56

A 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Outras Contas a Receber tinha a seguinte decomposição:

	2010	2009
Outras Contas a Receber		
Devedores por Acréscimos de Rendimentos (1)	126,943.38	126,943.38
Devedores e Credores Diversos	5,317.67	15,497.13
Total	132,261.05	142,440.51

(1) O valor da rubrica Devedores por Acréscimos de Rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazamento temporal, entre a facturação e a contagem real do consumos efectuados.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2010 e a reconciliação entre esse valor e o montante de Caixa e Equivalentes de Caixa constante da demonstração da posição financeira nessa data é como segue:

	2010	2009
Caixa	854.27	953.16
Depósitos à Ordem		
Santander Totta	57,598.42	170,915.57
Banco Espírito Santo	86,883.17	
Outros Depósitos Bancários		
Banco Espírito Santo	1,350,000.00	
Total	1,495,335.86	171,868.73



10. EMPRÉSTIMOS

As Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, correntes e não correntes, decompunham-se, em 31 de Dezembro de 2010, da seguinte forma:

	2010	2009
Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários	2,000,000.00	
Total	2,000,000.00	

Nota: Os valores constantes da rubrica Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras são referentes a linhas de crédito no montante de 4 milhões de euros, dos quais se encontram por utilizar à data de 31 de Dezembro de 2010 cerca de 2 milhões de euros.

11. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

A rubrica fornecedores de conta corrente reflecte as facturas em aberto a pagar a fornecedores diversos à data de 31 de dezembro de 2010.

	2010	2009
Fornecedores		
Fornecedores C/C	436,466.55	651,442.15
Total	436,466.55	651,442.15

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Outras Contas a pagar tinha a seguinte decomposição:

	2010	2009
Outras Contas a Pagar (Passivo não corrente)		
Amortização de Investimentos Reversíveis	827,103.75	543,606.32
Total	827,103.75	543,606.32

	2010	2009
Outras Contas a Pagar (Passivo corrente)		
Pessoal	619.07	619.07
Fornecedores de Investimentos	137,251.58	151,042.96
Credores por Acréscimos de Gastos	136,782.21	45,405.67
Devedores e Credores Diversos	5,216.78	3,553.39
Total	279,869.64	200,621.09

12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava o seguinte detalhe:

	2010	2009
Subcontratos (2)	939,167.50	886,839.73
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	487,123.28	448,682.49
Publicidade e Propaganda		
Vigilância e Segurança	95.00	189.57
Honorários	4,500.00	



li
4
P
H

	2010	2009
Conservação e Reparação	61,705.85	127,904.70
 Materiais 		
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	3,035.36	1,533.79
Material de Escritório	3,152.93	3,046.95
Artigos para Oferta		191.30
 Energia e Fluidos 		
Electricidade	149,653.55	128,083.56
Combustíveis	38,022.64	33,030.28
Água	4,575.59	6,175.86
Reagentes	20,325.17	
Outros	979.40	
 Deslocações, Estadas e Transportes 		
Deslocações e Estadas	809.15	
Transportes de Mercadorias	648.80	735.88
 Serviços Diversos 		
Rendas e Alugueres	44,307.56	41,753.08
Comunicação	4,079.87	4,675.49
Seguros	4,634.38	1,994.23
Contencioso e Notariado	150.00	44.25
Despesas de Representação	399.76	772.55
Limpeza, Higiene e Conforto	3,747.96	13,881.51
Outros Fornecimentos e Serviços		100.65
 Total 	 1,771,113.75 	 1,699,635.87

(2) Corresponde à componente de custos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

13. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Custos com o Pessoal apresentava o seguinte o detalhe:

	2010	2009
Remunerações	188,487.40	181,207.81
Encargos Sociais	32,603.80	33,022.52
Seguros de Acidentes de Trabalho	7,876.33	8,573.35
Gastos de Acção Social (SHT)	562.33	714.86
Outros Gastos com o Pessoal	6,249.96	4,124.84
 Total 	 235,779.82 	 227,643.38

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2010 de 14 pessoas.

14. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2010 o detalhe da rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos era como segue:

	2010	2009
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos		470.00



	2010	2009
Ganhos de Períodos Anteriores		5,169.18
Regularização de Saldos	0.11	
Total	0.11	5,639.18

15. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Outros Gastos e Perdas apresentava a seguinte decomposição:

	2010	2009
Impostos	23,817.80	5,310.14
Despesas Confidenciais		156.00
Serviços Bancários	9,655.22	2,688.89
Donativos	600.00	600.00
Multas e Penalidades		364.90
Gastos de Períodos Anteriores	20,210.17	2,662.73
Franquias		1,080.00
Regularização de Saldos		9,492.42
Total	54,283.19	22,355.08

16. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe da rubrica de Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização era o seguinte:

	2010	2009
Activos Fixos Tangíveis		
Equipamento Básico	6,684.72	6,385.78
Equipamento Administrativo	8,570.14	8,553.82
Activos Intangíveis		
Investimentos Reversíveis	283,497.43	283,497.43
Outros Activos Intangíveis		472.07
Total	298,752.29	298,909.10

17. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de Resultados Financeiros apresentava no período findo em 31 de Dezembro de 2010 a seguinte composição:

	2010	2009
Juros Suportados		
Juros de Financiamentos Obtidos	14,070.77	1,397.01
Total	14,070.77	1,397.01

18. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Imposto sobre o Rendimento reconhecido apresentava no período findo em 31 de Dezembro de 2010 a seguinte composição:



	2010	2009
Resultado Líquido do Período	60,884.65	86,164.73
Donativos	600.00	600.00
IRC e Outros Impostos Incidentes Sobre Lucros	24,227.35	23,921.63
Multas, Coimas, Juros Compensatórios e Demais Infrações		1,761.91
Despesas não Documentadas		156.00
Correcções de Períodos Anteriores	20,210.17	2,662.73
Manutenção de Viaturas Alheias	17,008.05	
Combustíveis para Viaturas Alheias	23,659.90	
Outros Custos Não Aceites		28,771.62
Matéria Colectável	146,590.12	144,038.62
Imposto à taxa de 15%	21,988.52	21,605.79
Pagamento Especial por Conta	4,017.56	3,791.86
Pagamento por Conta	19,446.00	
IRC a Pagar	(1,475.04)	17,813.93
Derrama	2,198.85	2,160.58
Tributações Autonomas	39.98	155.26
Total a Pagar	763.79	20,129.77
Imposto do Período	24,227.35	23,921.63

19. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

19.1 ACTIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 encontrava-se pendente de resolução o processo 7499/10.5TBBERG do 1º Juízo Cível do Tribunal de Braga. O mesmo respeita a uma Acção Declarativa de Condenação proposta contra a Abrantáqua pelo fornecedor Torrestir – Transportes Nacionais e Internacionais, S.A., para cobrança de um crédito de 343.84 euros proveniente da prestação de serviços.

Contudo, e após citação para a referida acção, a Abrantáqua procedeu ao pagamento integral da quantia, tendo a Torrestir no início de 2011 e após o termo das férias judiciais, requerido a sua extinção.

Deste facto não resulta presentemente qualquer contingência ou responsabilidade para a Abrantáqua, para além da eventual obrigação de pagamento das custas processuais, cujo valor não deverá ser superior a 80.00 euros.

19.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal de Abrantes, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	2010	2009
aqualia - Gestion Integral del Água, S.A.	271,804.22	271,804.22
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	181,202.82	181,202.82
Total	453,007.04	453,007.04

